

O contrato que enterra a RTP

O Ministério da Cultura, pela mão do secretário de Estado do Audiovisual, declarou aberta a consulta pública para a revisão do Contrato de Concessão de Serviço Público de Rádio e Televisão. Este documento de fulcral importância estabelece as obrigações, funcionamento e financiamento da empresa para os próximos anos – e é um desastre.

O documento agora apresentado, entre aumento de despesas e quebra de receitas, representa um encargo extra de mais de 16 milhões de euros anuais para a RTP tendo como contrapartida zero em novo financiamento. A RTP, recordamos, teve um resultado líquido de 303 mil euros em 2018, 903 mil euros em 2019 e 3,1 milhões em 2020.

Das medidas mais gravosas desta proposta, destacamos as seguintes:

- Aumento das responsabilidades com a distribuição de mais dois canais de televisão de acesso livre não condicionado, RTP-África e Canal Conhecimento.
- Criação de mais dois serviços de programas de televisão com aquisição de stock quase 100% externa – Serviço de Programas Infantil e Canal Conhecimento.

O custo estimado dos dois pontos anteriores é 10,8 milhões de euros por ano, segundo parecer do Conselho de Opinião, baseado em projecções da própria RTP.

A estes encargos acrescem:

- Proibição de publicidade em todos os canais da RTP com exceção da RTP1, incluindo toda a distribuição digital – Perda de receitas de 3,5 milhões / ano.
- Aumento das responsabilidades fixas da RTP no financiamento do ICA de 8% para 10% das receitas da Contribuição do Audiovisual – Custo de 2 milhões / ano.

A sustentabilidade financeira do documento é justificada na proposta de revisão com o quadro que aqui reproduzimos em anexo. Este quadro baseia-se na confusão de conceitos elementares, como a que é feita entre publicidade institucional e promoção institucional, e na ignorância sobre o papel da publicidade na televisão linear. No resultado final, é um quadro cheio de números que temos de considerar manipulados.

Nesse quadro coloca-se a crescer a verba obtida por publicidade, depois de esta ser cortada. Além disso, prevê-se a subida das receitas obtidas pela distribuição, apesar da tendência mundial de decréscimo. Subfinancia-se ainda, de uma forma escandalosamente óbvia, os custos dos novos canais de televisão, dizendo-se possível fazer canal de conhecimento com o custo anual de um milhão de euros. Enfim, mantém-se as despesas com pessoal congeladas até 2024, apesar de a RTP ter neste momento as carreiras congeladas e mais de 200 novos precários após a conclusão do processo PREVPAP. Uma fraude total.

Para além das questões de natureza estritamente financeira, esta proposta tem questões de natureza conceptual que roçam a incompetência ou a provação ao sector e às quais não podemos fugir. Assim, esta proposta:

- Retira o aspecto formativo das obrigações da RTP2 a pretexto da criação do Canal Conhecimento, o que ignora o papel do canal na criação de gosto e portanto na formação do público.
- A proposta sobre a proibição total de publicidade ameaça tornar insustentáveis a RTP Madeira e RTP Açores, que operam com orçamentos de uma frugalidade a constituir verdadeiros casos de estudo.
- Aponta para a extinção do Canal Memória com o argumento de suposta medição de “interesse de uma faixa relevante do público”. Quem mede e quem decide o interesse por um canal de serviço público visto por milhares de pessoas que custa quase zero à RTP, para o substituir por um canal de aquisição externa?

- Revela um desconhecimento absoluto do tamanho e valor dos Arquivos da RTP e às tantas confunde o serviço do seu portal com o Canal Memória.
- Abre a porta ao exercício esquizofrénico de encaixar a RTP Memória e o Canal Infantil/juvenil na mesma frequência.
- Cria a figura de um “Director de Programas para a Internet”, de legalidade muito duvidosa, e isto depois de retirar a publicidade desta plataforma.
- Sobrepõe as atribuições do canal do conhecimento com o canal infantil-juvenil.
- Mantém a possibilidade de criação de um canal televisivo de música e um portal da lusofonia, e acrescenta-lhes ainda um novo canal de desporto, em cima das atribuições que a empresa já tem.
- Mantém a figura de um conselho consultivo para a RTP2 que é uma usurpação das atribuições estatutárias do Conselho de Opinião.
- Confunde política de recursos humanos com visibilidade de minorias entre jornalistas e apresentadores no Serviço Público, reduzindo o papel dos trabalhadores da empresa a um mero simbolismo identitário, ignorando por completo a sua valorização profissional.

Num Portugal imaginário onde políticos demagogos e oportunistas não tivessem feito da discussão do financiamento adequado do serviço público um assunto tóxico, uma proposta de renovação do contrato de concessão bem estudada e preparada que alargasse o serviço da RTP para mais canais e mais responsabilidades seria por nós defendida. Esta proposta não é nada disso. Para além de mal preparada, mal fundamentada e sem linha estratégica subjacente ela coloca em causa a sustentabilidade financeira da RTP, sendo uma sentença de morte anunciada para esta empresa e para muitos postos de trabalho.

É triste, por uma série de acasos e lobismo bem feito, ver um governo apoiado por forças políticas que sempre defenderam a natureza pública do Serviço Público de Rádio e Televisão refém de uma estratégia que parece passar pela pilhagem dos magros recursos da empresa. Afinal, propor um contrato que coloca uma das mais importantes empresas públicas do país, com um orçamento de mais de 200 milhões de euros a gerir um orçamento com uma margem de 4 mil euros, é, ou não uma maneira de, a partir de dentro, matar a RTP por asfixia financeira ?

Comissão de Trabalhadores - CT
 Federação dos Engenheiros - F.E.
 Sindicato das Comunicações de Portugal - SICOMP
 Sindicato Independente dos Trabalhadores da Indústria e Comunicações - SITIC
 Sindicato dos Jornalistas - SJ
 Sindicato dos Meios Audiovisuais - SMAV
 Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual - SINTTAV

Anexo I

A que se refere a Cláusula 27.^a, n.º 3 do
Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e Televisão

Unidade: 1.000 €

Descrição	2021	2022	2023	2024
CAV	179.177	179.177	179.177	179.177
Receitas Comerciais	36.282	38.981	40.265	41.510
Publicidade	17.300	17.916	18.000	18.640
Distribuição	12.085	12.965	13.165	13.370
Outros	6.897	8.100	9.100	9.500
Rendimentos e ganhos	215.459	218.158	219.442	220.687
Grelha	76.710	79.960	81.460	82.510
Grelha com CCSP (2015-2020)	76.710	75.710	75.710	75.710
Grelha adicional Revisão CCSP	0	4.250	5.750	6.800
Canal conhecimento	0	1.500	2.000	2.700
Reforço de conteúdos infantis	0	1.000	1.250	1.600
Conteúdos sobre comunidades africanas	0	500	1.000	1.000
Novas funcionalidades no digital	0	1.250	1.500	1.500
FSE's	37.898	39.865	39.865	40.065
FSE com CCSP (2015-2020)	37.898	37.565	37.565	37.565
FSE adicionais Revisão CCSP	0	2.300	2.300	2.500
Distribuição de dois canais no TDT	0	2.850	3.800	3.900
Gastos com Pessoal	87.463	87.425	87.425	87.450
Outros gastos e perdas	2.658	2.658	2.658	2.658
Gastos e perdas	204.729	209.908	211.408	212.683
EBITDA	10.730	8.250	8.034	8.004
Amortizações	8.000	8.000	8.000	8.000
Resultado Operacional	2.730	250	34	4

— Receita de publicidade a subir depois de ser cortada.

— Gastos com pessoal sem aumento durante 4 anos.

— RTP a operar com margem de 4 mil euros em 2024.